

Por uma metodologia feminista: pensando textos da prosopografia e da micro história a partir de uma perspectiva de gênero

Augusta da Silveira de Oliveira (Mestranda UFRGS)

Resumo

O objetivo deste artigo é refletir a respeito de metodologias do campo das Ciências Humanas, a prosopografia e a micro história, a partir de uma perspectiva de gênero. Para isso, partiu-se de textos de Lawrence Stone e Jacques Revel a respeito dos métodos em questão. Em seguida, a partir de textos da área de estudos de gênero como Joan Scott e Judith Butler, problematizou-se sobre os usos desses métodos em favor de uma metodologia feminista que desnaturalize categorias fixas de sujeito e desloque o historiador de seu lugar de conforto como suposto pesquisador imparcial.

Palavras-chave: gênero, micro-história, prosopografia.

Abstract

The purpose of the text is to reflect on methodologies in the field of Human Sciences, prosopography and micro history, from a gender perspective. For this, it was based on texts of Lawrence Stone and Jacques Revel regarding the methods in question. Then, from texts from the area of gender studies such as Joan Scott and Judith Butler, the focus is on problematizing the uses of these methods in favor of a feminist methodology that denatures fixed categories of subject and displaces the historian from his place of comfort As an alleged "impartial" researcher.

Keywords: gender, microhistory, prosopography.

Introdução

O presente trabalho busca, através de uma análise bibliográfica, refletir a respeito de metodologias canônicas do campo da História e das Ciências Humanas, a prosopografia e a micro história, a partir de uma perspectiva de gênero. Partindo de textos teóricos, inicialmente são discutidos aspectos fundamentais das abordagens metodológicas selecionadas. Em seguida, busca-se discutir a respeito do campo dos estudos de gênero e da história das mulheres, problematizando os usos das

metodologias citadas e buscando pensá-las a partir de um outro olhar, propondo outros caminhos e possibilidades teóricas e metodológicas.

Vamos escrever a partir da seguinte questão norteadora: “Como a prosopografia e a micro história podem pensar a perspectiva de gênero enquanto possibilidade metodológica?”; esse trabalho se justifica a partir de uma inquietação em relação a pesquisas históricas que utilizam as metodologias em questão. Trabalhos como o de Peter Burke(1991), Giovanni Levi (2000), entre outros, embora cumpram o que se propõem, seja o estudo das elites ou o estudo de trajetórias, deixam de lado também o que as fontes oficiais muitas vezes silenciam: a história das mulheres e das relações de gênero.

Para essa análise, serão trabalhados textos que descrevem as ferramentas de trabalho e os “modos de pesquisa” possíveis a partir dessas metodologias, como Lawrence Stone (2011) e Jacques Revel (2000). Além disso, trabalhos que utilizam essas metodologias foram trazidos a título de exemplificação dos usos dessas abordagens na historiografia.

Embora esse trabalho não seja uma invalidação de pesquisas anteriores, tampouco um manifesto para que todos os autores passem a problematizar a questão de gênero em suas pesquisas, perguntando-se onde estão as mulheres e o que faziam à época, ele se justifica a partir de uma reivindicação do próprio campo da história para que essa história das mulheres “aparecesse” nas pesquisas, como já relatou Joan Scott (1995). No Brasil, a consolidação de núcleos de estudos de história das mulheres e das relações de gênero, bem como a construção e expansão da área de estudos de gênero foi relatada por Margareth Rago (1998), num processo posterior ao dos EUA e Europa.

Assim, a ideia não é pleitear uma reescrita desses trabalhos, muito menos a simples inclusão das mulheres e outras categorias nos resultados, mas repensar de que forma a metodologia utilizada omite outras possibilidades de trabalho que incluam e problematizem a categoria gênero, propondo um outro olhar em direção às fontes e ao método. A ideia é, ao fim, conseguir pensar em outras temáticas, bem como conhecer outros trabalhos que, sem perder o rigor necessário à pesquisa histórica,

conseguem utilizar a metodologia a serviço de pensar e visibilizar a perspectiva de gênero na História.

Prosopografia

A respeito da prosopografia, um texto fundamental para o entendimento do método é o de Lawrence Stone (2011), que se dedica a uma apresentação geral do método prosopográfico e seus usos. Inicialmente, o autor define a prosopografia ou biografia coletiva como a “investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas” (STONE, 2011, p. 115). Para isso, devem ser investigadas questões uniformes diversas e, após coleta dessas informações, justapô-las, combiná-las em busca de variáveis que expliquem correlações internas e externas.

É com as questões gerais que Stone define os termos gerais do método e como utilizá-lo, principalmente como ferramenta para compreender o funcionamento da máquina política e analisar o papel de grupos específicos na sociedade. Em resumo, “o propósito da prosopografia é dar sentido à ação política, ajudar a explicar a mudança ideológica ou cultural, identificar a realidade social e descrever e analisar com precisão a estrutura da sociedade e o grau e a natureza dos movimentos em seu interior” (STONE, 2011, p. 116).

Divididos em uma escola voltada para o estudo das elites e outra voltada para o estudo das massas, as principais fontes utilizadas são listas de nomes de ocupantes de certos cargos ou títulos ou qualificações, genealogias familiares e dicionários biográficos completos. (STONE, 2011, p. 117). Na segunda parte de seu texto, Stone ainda segue tratando das primeiras ocorrências do método a partir das décadas de 1920 e 1930, suas tendências intelectuais atuais e seu florescimento tardio.

É na terceira parte de seu texto, porém, intitulada “Limites e perigos”, que o método é questionado e que Stone traça alguns limites para os usos da prosopografia. O primeiro dele é a deficiência dos dados, pois para o autor está claro que a biografia coletiva de um grupo depende dos registros encontrados sobre ele, portanto, a prosopografia é limitada tanto pela quantidade como pela qualidade dos dados

encontrados. (STONE, 2011, p. 123). Estudos a respeito de grupos cuja amostra não é aleatória e cujos dados incompletos são maioria, naturalmente terão generalizações fracas. Nesse ponto, Stone insere a limitação no que diz respeito ao status, visto que a maioria dos registros abundantes disponíveis trata das elites (não somente políticas, mas outras categorias de alto *status*). Assim, às classes baixas sobram os registros policiais. Outra limitação estaria nos registros mais abundantes a respeito da titularidade e transmissão de propriedade, seguidos de registros sobre origens e ligações familiares. (STONE, 2011, p. 124).

Também é relevante a forma de abordagem de Stone sobre as possíveis “limitações na compreensão histórica” (STONE, 2011, p. 126) como a tendência de minimizar o papel dos movimentos populares, focando somente nas manobras políticas das elites. Outro problema seria a “relutância em inserir em sua perspectiva de história um papel para as idéias, os preconceitos, as paixões, as ideologias, os ideais ou os princípios” (STONE, 2011, p. 127), lugar onde caberiam registros pessoais como diários ou cartas.

Stone conclui, a partir de uma breve revisão bibliográfica, que o método

funciona melhor quando é aplicado para grupos facilmente definidos e razoavelmente pequenos, em um período limitado de não muito mais que 100 anos, quando os dados são obtidos de uma grande variedade de fontes que complementam e enriquecem umas às outras e quando a pesquisa é dirigida para solucionar um problema específico (STONE, 2011, p. 131).

Por fim, coloca em termos finais a potencialidade da prosopografia como método possível num campo unificado além dos domínios da história, vinculando Sociologia e Psicologia, bem como o elo perdido entre a história política e história social (STONE, 2011, p. 134). Assim, o texto de Stone serve como aproximação inicial do método prosopográfico e seus usos na historiografia.

Outro trabalho que pode auxiliar no entendimento do método prosopográfico é de Cristophe Charle (2006), que inicia colocando o princípio do método:

Definir uma população a partir de um ou vários critérios e estabelecer, a partir dela, um questionário biográfico cujos diferentes critérios e variáveis

servirão à descrição de sua dinâmica social, privada, pública, ou mesmo cultural, ideológica ou política. (CHARLE, 2006. p. 41).

Charle (2006) faz uma breve historicização dos usos da prosopografia para então trazê-la para a atualidade, utilizada por historiadores que praticam a micro história como alternativa metodológica em relação à história social tradicional, que faz uso da documentação serial.

Charle (2006) apresenta um aspecto fundamental da prosopografia, a noção de construção do objeto. Ou seja, os grupos se definem “por suas propriedades relacionais ou por suas imagens recíprocas, ou ainda por sua capacidade em impor uma imagem de si mesmos aos outros”. (CHARLE, 2006. p. 42). O limite está, no entanto, em não pender para a dispersão (criando uma biografia indefinida de indivíduos) nem para a não comparabilidade dos dados (uma ampliação da amostra coletada), focando em análises e questionários comuns que possibilitem o trabalho do historiador.

Aqui, a título de exemplo, podemos evidenciar o texto de Peter Burke(1991) a respeito das elites de Veneza e Amsterdã, colocando em prática o que Charle chamaria depois de prosopografia comparada, a respeito de dois países. O trabalho de Burke analisa o grau de conservadorismo e inovação no que diz respeito aos negócios nas duas cidades através de um estudo de suas elites. Para isso, o autor faz uso de testamentos, declarações de impostos e dados demográficos para examinar as práticas econômicas, o estilo de vida e as diferenças entre os patrícios de Amsterdã e Veneza entre 1580 e 1720 (BURKE, 1991, p. 145). Burke deixa claro que esse trabalho só foi possível a partir da disponibilidade de dados a respeito das elites, possibilitando as generalizações sobre o comportamento dos patrícios, seus costumes e tradições.

Por fim, podemos pensar a prosopografia enquanto método que aparece no horizonte metodológico quando o pesquisador se depara com um grupo grande e significativo sobre o qual abundam registros passíveis de quantificação e interpretação. Nesse sentido, a maioria dos estudos que utilizam o método trata das elites. Ainda dentro das elites, são raros os grupos que incluem as mulheres, a exemplo do texto de Joseph Love e Bert Barickman (2006) sobre a elite ampliada de

Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo no início do século XX, que dentre 753 indivíduos analisados, há somente uma mulher. Apesar disso, outras possibilidades e olhares, tanto sobre as elites como sobre outros grupos, permitem pensar a análise prosopográfica. Contudo, antes disso, passemos à micro história.

Micro história

Para pensarmos a micro história, também denominada como microanálise, partiremos de alguns textos introdutórios a respeito do método. Inicialmente, o prefácio de Jacques Revel para a obra de Giovanni Levi (2000) pode servir como guia para as principais propostas da chamada “via italiana” da história social. Em relação ao método prosopográfico, a micro história aparece mais consolidada, não somente enquanto ferramenta ou método, muitas vezes sendo elevada ao *status* de disciplina ou de teoria.

Revel inicia situando a micro história como sintoma, uma “reação a um momento específico da história social, da qual propõe reformular certas exigências e procedimentos”. (REVEL, 2000, p. 8). Dessa forma, estabelece a micro história não como disciplina ou técnica, mas como método. Em seguida, passa a descrever os pressupostos da história social a partir da escola francesa dos *Annales*, com foco no coletivo e nas evoluções maciças. Para Revel (2000), a história social teria passado por transformações significativas no que diz respeito ao tratamento das fontes, buscando adequar-se à história do coletivo, a notar-se: o uso de indicadores simples (preços, renda, nascimento) de forma a construir modelos; o estudo das regularidades e leis do social, uma história de longa duração; projeto científico com objetos mais sofisticados, um endeusamento de categorias e acúmulo de dados.

Apesar das duras críticas, Revel reconhece os debates frutíferos da perspectiva da “história total” e como “a volta da narrativa” para a história, além de um desdobramento dos próprios debates dentro do campo da historiografia, também era motivada pela crise mundial e, principalmente, por 1968. Assim, quebram-se os paradigmas que antes movimentavam a historiografia, o progresso “deixa de ser uma certeza ao mesmo tempo em que se começa a duvidar da capacidade

indefinida dessas sociedades para resolver seus problemas latentes”. (REVEL, 2000, p. 14).

A micro história, portanto, aparece com o novo limite imposto pelas ambições mais modestas dos pesquisadores a objetos mais restritos e fáceis de serem trabalhados. Revel também não deixa de citar a micro história enquanto tentativa de reconstrução do campo historiográfico. (REVEL, 2000, p. 15).

Em relação ao projeto micro histórico, o autor aponta uma escassez de textos teóricos, uma possível “reivindicação de princípios de um direito à experimentação em história” (REVEL, 2000, p. 15). Revel cita também os expoentes mais conhecidos, Giovanni Levi, Carlo Ginzburg, Edoardo Grendi e Carlo Poni, bem como o palco para seus debates historiográficos, a revista *Quaderni Storici*. A micro história não viria a contrastar com a história social, mas permitiria destacar uma complexa rede de relações invisíveis na escala macro, a multiplicidade de tempos e espaços onde essas relações são compreendidas.

Revel define mais especificamente: “o desejo fortemente afirmado de estudar o social não como um objeto dotado de propriedades, mas sim como um conjunto de inter-relações móveis dentro de configurações em constante adaptação”. (REVEL, 2000, p. 17). O autor ainda ressalta a proximidade do intento da micro história com a etnografia, um desejo de aproximação com o terreno.¹ Ela serviria, portanto, para o enriquecimento da análise social, tornando-a mais complexa pois “leva em conta aspectos diferentes, inesperados, multiplicados da experiência coletiva”. (REVEL, 2000, p. 18).

Revel segue tratando de três traços significativos da micro história. Primeiramente, a relação inventiva com a realidade histórica. Os micro historiadores estariam mais atentos à sua posição enquanto observadores e seus instrumentos, bem como à construção do real, evitando, assim, hipóteses funcionalistas que tendem a “simplificar os mecanismos causais e a descrever o passado como um entrelaçamento inevitável de necessidades biológicas, políticas, econômicas”. (REVEL, 2000, p. 19). Em segundo lugar, a dimensão experimental do trabalho dos micro historiadores que, segundo Revel, “consiste na criação de condições de

¹ Revel cita a antropologia anglo-saxã como influência para a micro história. Aqui, é válido lembrar do trabalho do antropólogo Fredrik Barth e sua contribuição (ROSENTHAL, 1998).

observação que farão aparecer formas, organizações, objetos inéditos”. (REVEL, 2000, p. 20). Por último, um instrumento à disposição dos historiadores sobre o qual pouco se reflete: as formas de escrever a história. Revel acha importante ressaltar que, apesar da redução da escala de análise, a biografia não é o único gênero escolhido pelos micro historiadores. A respeito da escrita, o autor deixa claro que a experimentação também é válida nesse campo.

Além do texto de Revel (2000), podemos também fazer uso do texto de Carlo Ginzburg (1989) para pensarmos a micro história de maneira mais introdutória. Ginzburg (1989) inicia assinalando as trocas historiográficas desiguais entre Itália e França, a primeira nação em desvantagem, apesar das fontes abundantes, por falta de incentivo e de grandes equipes de trabalho. O autor também reconhece a permanência da história quantitativa e serial de longa duração, característica da história social, como já havia notado Revel. Para Ginzburg, porém, o longo período pode criar uma história homogeneizada, colocando à margem a “vida real” e seus significados no curto prazo.

Ginzburg (1989) segue aproximando a micro história da Antropologia, como Revel explanou anos mais tarde, mas o mais relevante desse curto texto são os novos caminhos que Ginzburg vê serem abertos para a investigação histórica. Para o autor, “o fio de Ariana que guia o investigador no labirinto documental é aquilo que distingue um indivíduo de um outro em todas as sociedades conhecidas: o nome” (GINZBURG, 1989, p. 174).

A partir do nome, então, aparece um novo objeto de pesquisa: a reconstituição das famílias. Ginzburg cita as possibilidades para além de registros demográficos, ressaltando os registros paroquiais e de grandes propriedades, mas o principal é que “as linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido”. (GINZBURG, 1989, p. 175). Assim, Ginzburg encerra:

A análise micro-histórica é, portanto, bifronte. Por um lado, movendo-se em escala reduzida, permite em muitos casos uma reconstituição do vivido impensável noutros tipos de historiografia. Por outro lado, propõe-se indagar estruturas invisíveis dentro das quais aquele vivido se articula. [...]

Por isto propomos definir a micro-história, e a história em geral, *ciência do vivido* [...] (GINZBURG, 1989, p. 178).

Outros textos tratam a respeito da micro história enquanto método bem como das possibilidades de análise em diferentes escalas, porém o objetivo dessa breve exposição era fornecer alguns aspectos e características fundamentais do método. Nesse sentido, os textos de Revel e Ginzburg contribuem para que, a partir daí, possamos problematizar os usos do método considerando uma perspectiva de gênero.

História das mulheres e estudos de gênero

Antes de pensar a metodologia a partir de uma perspectiva de gênero, é fundamental contextualizarmos o campo dos estudos de gênero e, principalmente, localizar os saberes que dele partem. Assim, inicialmente, Joan Scott (1992) trata da emergência de um campo de estudos da história das mulheres nos Estados Unidos em concomitância com outras partes do globo. Scott liga a história das mulheres à política, os dois campos misturando-se na década de 1960 em meio às reivindicações de movimentos feministas por mais representatividade. Há uma progressão, porém, até estudos mais especializados e analíticos, focados na categoria gênero como descreve Scott:

A emergência da história das mulheres como um campo de estudo envolve [...] uma evolução do feminismo para as mulheres e daí para o gênero; ou seja, da política para a história especializada e daí para a análise. (SCOTT, 1992, p. 65).

A história das mulheres, portanto, lutou para incluir as mulheres na história enquanto sujeitos. A questão principal sempre foi evitar a lógica do suplemento, trazida não só por Scott, mas por outras autoras da área, como Louise Tilly (1994). Ou buscar mais do que apenas acrescentar à história universal (branca, masculina) materiais sobre mulheres e gênero, mas “escrever uma história analítica das mulheres para vincular seus problemas àqueles das outras histórias”. (TILLY, 1994, p. 29).

Por muito tempo, a história das mulheres foi associada à política e à ideologia, colocando em xeque premissas considerada fundamentais na historiografia como objetividade e verdade. Scott trata dessa história “contaminada” pela política, como seria a história das mulheres, em oposição a uma história tradicional e “neutra” (SCOTT, 1992, p. 79). O ponto de inflexão se deu a partir de meados da década de 1970, quando passou a se problematizar a identidade fixa e monolítica cunhada na categoria “mulheres” para pensar-se a diferença sexual a partir da categoria “gênero”.

Utilizado enquanto oposição ao conceito de sexo –um dado natural–, gênero seria uma construção social a respeito da diferença sexual e, acima de tudo, uma categoria analítica (e não somente descritiva). Sobre o novo conceito, Scott afirma:

Um conceito relativizado de gênero como um saber historicamente específico sobre a diferença sexual permite às feministas forjar um instrumento analítico duplamente afiado, que permite gerar um saber novo sobre as mulheres e sobre a diferença sexual e inspirar desafios críticos às políticas da história ou, também, de qualquer outra disciplina. A história feminista deixa então de ser apenas uma tentativa de corrigir ou suplementar um registro incompleto do passado, e se torna um modo de compreender criticamente como a história opera enquanto lugar da produção do saber de gênero. (SCOTT, 1994, p. 25).

Em seu famoso texto, intitulado “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, Scott explana mais a respeito do conceito de gênero, utilizado a partir da “necessidade de uma rejeição do caráter fixo e permanente da oposição binária, de uma historicização e de uma desconstrução genuínas dos termos da diferença sexual” (SCOTT, 1995, p. 84). Assim, gênero se insere nas relações de poder, um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, ou ainda, o saber a respeito da diferença.

Os ecos do pós-estruturalismo (do qual se utiliza Joan Scott) também chegaram ao Brasil, como relembra Margareth Rago (1998), apontando principalmente para o espaço dos estudos foucaultianos entre as historiadoras feministas e o debate da categoria gênero e sua dimensão relacional (RAGO, 1998, p. 90). Rago coloca que:

As mulheres reivindicam a construção de uma nova linguagem, que revele a marca específica do olhar e da experiência cultural e historicamente constituída de si mesmas. Mais do que a inclusão das mulheres no discurso histórico, trata-se, então, de encontrar as categorias adequadas para conhecer os mundos femininos, para falar das práticas das mulheres no passado e no presente e para propor novas possíveis interpretações inimagináveis na ótica masculina. (RAGO, 1998, p. 92).

Embora já atente para a construção do sujeito individual e para uma análise de gênero em detrimento de uma categoria descritiva, Scott ainda parte de uma materialidade das diferenças sexuais, ou do sexo enquanto natural/biológico e do gênero enquanto construção social. Nesse sentido, Anne Fausto-Sterling (2002) reflete como o binômio sexo/gênero é mais complexo do que aparenta, alegando que somente nossas concepções sobre gênero já definem nossa ideia de sexo. Não pode existir, portanto, uma diferença entre natureza e criação, ou biológico em oposição a um social. O que construímos como sexo já está implicado por nossas concepções do que é ser homem ou mulher, não havendo como separar sexo de gênero ou mesmo, partindo de um determinismo, considerar o sexo como uma base para o gênero.

Judith Butler (2000), outra pesquisadora pós-estruturalista, avança nessa abordagem ao considerar as materialidades, os “corpos que pesam” (BUTLER, 2000), para dizer que a própria matéria já contém noções de gênero e sexo, jamais podendo ser neutro, visto que a representação e o vocabulário já condicionam essa percepção. Assim, o corpo tanto produz significados sociais como também é produzido por eles. A contribuição de Butler para a definição de gênero é, portanto, a noção de que a fabricação de gênero se dá a partir do corpo e de sua significação (BUTLER, 2003). Gênero, portanto, é construído na performatividade, um movimento de materialização. Para Butler,

gênero é estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser. (BUTLER, 2003, p. 59).

Essas contribuições recentes fizeram parte de uma realocação do debate, buscando principalmente desnaturalizar categorias fixas como “mulheres” e repensar os sujeitos na sua constituição e subjetividade. Sobre o campo de estudos de gênero, Joana Pedro coloca:

Os estudos de gênero, aqui incluindo as categorias “mulher”, “mulheres”, “feminismo”, “feminilidades”, “masculinidades” e “relações de gênero”, têm buscado se colocar no centro do debate historiográfico, tentando fazer com que essas categorias se tornem comuns para quem pesquisa nesse campo. Ao mesmo tempo, como quaisquer outras, essas mesmas categorias vivem as instabilidades dos sentidos que lhes são atribuídos, resultado de lutas dentro do próprio campo. Encontra-se, ainda, portanto, nas margens do saber historiográfico. E, talvez por isso mesmo, busca novas maneiras de pensar essas margens, deslocando o centro, inventando novos percursos. (PEDRO, 2011, p. 277).

É buscando novos caminhos na história que podemos utilizar a metodologia aliada a uma perspectiva de gênero para, como sugere Joana Pedro, pensar além das margens do saber historiográfico.

Por uma metodologia feminista

A proposta de uma epistemologia e uma metodologia feminista aparece a partir da reivindicação política das mulheres por seu espaço (na academia, na sociedade) enquanto sujeitos. A história das mulheres, os estudos de gênero e, no geral, uma ciência feminista só podem ser pensados quando desnaturalizamos a posição do pesquisador em relação aos saberes por ele produzidos.

Pensar uma metodologia feminista exige que façamos deslocamentos de pontos de vista como historiadoras/historiadores, que destreinemos o olhar direcionado às fontes. A proposta nessa seção é tratar a respeito da metodologia feminista num âmbito geral, pensar e problematizar a prosopografia e a micro-história a partir de uma perspectiva de gênero a fim de propor novas abordagens e, por último, pontuar

trabalhos que fazem uso das metodologias em questão e se inserem no campo da história das mulheres e dos estudos de gênero.

Ao tratar de uma metodologia feminista na área da psicologia social, Mary Gergen (1993) coloca que a questão está na natureza da objetividade científica, agora posta em xeque. A autora traz aspectos dessa questão, mas aqui o mais importante é pensar, primeiramente, “a possibilidade da teoria e da prática isentas de valor”. Gergen questiona o paradigma da ciência tradicional como imparcial e isenta, afirmando:

Os cientistas feministas rejeitam a hipótese de que o conhecimento e sua criação possam estar isentos de valor. Em vez disso, se assume que toda obra está carregada de valor. A reivindicação de uma ciência isenta de valor é uma ilusão do cientista ou uma tentativa de iludir os outros (GERGEN, 1993, p. 114).

Também é relevante pensarmos um outro lado do paradigma tradicional, a hipótese de que os fatos são brutos, independentes do pesquisador. A respeito disso, Gergen argumenta que não há um mundo independente do observador, e as críticas feministas discordam dessa visão de objetividade na ciência.

Podemos relacionar esses questionamentos com a área da história ao pensarmos que a historiadora/o historiador seria imparcial por estar distante de seu objeto (visto que este está no passado), ou que esse distanciamento é garantia de uma ciência isenta de valor. Da mesma forma, a premissa de que a historiadora/o historiador “coleta” fatos presentes nas fontes ignora as condições de produção dessas fontes e reforça a ideia de que ela/ele é somente um mediador isento entre o passado real (contido nos documentos, sem nenhuma interferência) e o presente.

Guacira Louro (2007) atenta para a ciência sob a perspectiva feminista que opera com categorias analíticas instáveis (gênero, mulheres, etc.), pensando um campo em contínua construção. Assim, declara que:

Assumir a investigação feminista nesta perspectiva supõe, na verdade, muito mais do que um novo "recorte" nos estudos ou a iluminação de áreas ou aspectos até então escondidos ou secundarizados. Supõe

revolucionar o modo consagrado de fazeriência; aceitar o desconforto de ter certezas provisórias; inscrever no próprio processo de investigação auto-crítica constante — mas fazer tudo isso de tal forma que não provoque o imobilismo ou o completo relativismo. [...] Está envolvida aqui — além da aproximação aos estudos e debates teórico-metodológicos — a busca de uma nova disposição epistemológica e política, um novo modo de ser pesquisadora/pesquisador (LOURO, 2007, p. 146).

Dessa maneira, a perspectiva feminista subverte o cânone da ciência tradicional e formaliza uma nova forma de pensar a respeito dos objetos.

Pensar, a partir disso, a prosopografia sob uma perspectiva de gênero e feminista implica em colocar em suspenso ideias de universalidade a partir do grupo escolhido para análise. O grupo escolhido ou as questões que norteiam a pesquisa podem contribuir para invisibilizar outras categorias. Como no estudo de Burke (1991) citado anteriormente, uma análise a partir de testamentos e declarações de impostos, pensa somente nas esferas do público a vida das elites de Amsterdã e Veneza. É fruto da crítica feminista a problematização da dicotomia público/privado (OKIN, 2008) e, embora Burke parta de uma lógica familiar para sua análise, são somente os homens da elite e suas ocupações que se fazem presentes. Para Burke, as mulheres e suas vidas não implicariam nas práticas econômicas dos *entrepreneurs* e *rentiers* da Europa moderna.

A solução, para alguns, poderia ser adicionar a variável mulheres nas questões que norteiam o estudo prosopográfico, mas, sob uma perspectiva feminista, é impossível assumir que as mulheres são somente uma coluna em determinado gráfico ou tabela. Analisar mulheres, suas ações, seus modos de vida e mesmo pensar seus silêncios demanda um outro olhar do pesquisador. Aqui também podemos repensar a “característica em comum” que une um grupo para um estudo prosopográfico pois, pensando gênero e a desnaturalização de categorias fixas, como poderíamos delimitar um grupo de mulheres para um estudo? Que característica é comum a todas elas? Mesmo se houvesse um ponto de partida, como igualar suas vivências enquanto sujeitos subjetivos a partir de dados quantitativos? Se partirmos da ideia que mulheres são seres com vaginas, perguntar-se a respeito do trabalho feminino na Europa moderna, onde era possível mulheres viverem como homens por

melhores oportunidades de trabalho,² cria um impasse ao percebermos a diversidade de vivências, de possibilidades de “ser mulher” em diferentes sociedades.

Talvez, para a prosopografia, a saída seja abordar por um viés os silêncios de determinadas fontes como, por exemplo, listas, declarações de impostos e registros notariais. É a partir dessa aparente ausência que podemos pensar as condições de produção dessas fontes e nosso olhar sobre elas. As fontes, portanto, não falam por si mesmas. O documento é somente produto de um tempo. Pode ser trabalho da historiadora/do historiador questionar àqueles registros, porém, é a partir de uma epistemologia feminista que podemos questionar as categorias fixas, pensar de que forma foram construídas e legitimadas. Assim, podemos pensar além dos espaços públicos não transitados por mulheres, mas também onde os registros não alcançam, problematizando a dicotomia público/privado para afirmar que também a família é política e não pode ser pressuposta. É dentro da família que também se manifestam relações de poder e, enquanto muitos falaram a respeito do espaço doméstico enquanto de privacidade masculina, em que medida as mulheres tiveram alguma privacidade no único espaço “natural” para a sua presença?

Nesse sentido, a prosopografia enquanto estudo quantitativo pode não ser muito reveladora. Outra alternativa pode ser, como já propôs Lawrence Stone (2011), considerar outras fontes como cartas e diários. Além dessas fontes, no caso de uma prosopografia orientada pela perspectiva de gênero, a história oral pode ser chave para pensarmos pontos de intersecção em diferentes trajetórias.

O livro de Barbara Caine (2005), *Bombay to Bloomsbury: A Biography of the Strachey Family*, é um exemplo de uma biografia familiar que, antes focada somente nas mulheres envolvidas com a cena literária e o movimento feminista, se estendeu a outros membros da família. Caine, como já tinha sugerido Stone, busca aliar à biografia coletiva uma história das ações, credos e ideias a partir de fontes diversas para analisar as diferentes experiências na modernidade e a atividade feminista organizada. Sobre o aprofundamento nas pesquisas, Caine escreve que “descobri, enquanto eu investigava mais e mais a família, que questões sobre gênero, sobre

² Diane Dugaw (1996) fala das baladas e canções a respeito de mulheres que iam à guerra vestidas de homem, e livros, como de George Moore (2011), a respeito de um mordomo em Dublin que é, na verdade, uma mulher (ou o que convenciamos ser uma mulher).

como masculinidade e feminilidade eram entendidas e mudaram dentro da família, eram centrais para qualquer análise sobre ela”. (CAINE, 2005, p. 3).³

Assim, cartas, diários, depoimentos orais e outros registros pessoais podem fazer parte de um estudo prosopográfico na medida em que podem servir para pensarmos os sujeitos individuais e sua pluralidade, atentando para a historicização de categorias fixas outrora tão comuns na escrita da história.

A micro história pode ser inserida em outro contexto, mais recente e em resposta a uma tradicional história social. A via italiana abre mais portas para a perspectiva de gênero por também se caracterizar como um campo de experimentações. É através da “ciência do vivido” que podemos pensar além das grandes escalas e da macro-análise, onde aparecem categorias pasteurizadas. Na micro-análise, podemos valorizar a diversidade, as trajetórias e os indivíduos para complexificar a análise social.

Apesar desse avanço, também podemos colocar em suspenso alguns pontos de partidas que se consagraram como constituintes da micro-história enquanto método. Inicialmente e de forma mais crítica, podemos repensar a ideia de Ginzburg do nome enquanto fio condutor para estudo de uma trajetória ou de uma genealogia. Seria o nome uma informação reveladora, como coloca Ginzburg, ou uma predeterminação dos sujeitos? O que esconde, afinal, o nome? Para Margareth Rago

Trata-se, nessa referência, de perceber que as subjetividades são históricas e não naturais, que os sujeitos estão nos pontos de chegada e não de partida como acreditávamos então; e ainda, que as conexões podem ser estabelecidas entre campos, áreas, dimensões sem necessidade exterior pré-determinada. Mulher e Homem, Criança, ou Trabalhadora, Prostituta, Louca, nesse sentido, deveriam deixar de ser pensados como naturezas biologicamente determinadas, aspecto que se observa em todas as outras construções de identidade. A própria noção de identidade era historicizada e questionada juntamente com a ilusão de interioridade e da essência que a informava. (RAGO, 1998, p. 91).

³ Tradução da autora. No original: “[...] I found, as i delved more and more into the family, that questions about gender, about how masculinity and femininity were understood and changed within the family, were central to any analysis of it”.

Assim, que estudos se inviabilizam nessa perspectiva? Registros de nomes invisibilizam pessoas transexuais e travestis, por exemplo. É comum essas pessoas usarem o nome de registro até um ponto da sua vida, depois, numa mudança para outra cidade, por exemplo, passam a assumir sua identidade de gênero, quando adotam o nome social, na maioria das vezes sem nenhuma formalização ou retificação do nome e gênero anterior. Como usar um nome já obsoleto como fio condutor? Mesmo se utilizado, o que esse nome diz a respeito de um sujeito? Se pensarmos nas trajetórias como sempre em desenvolvimento e em constante mudança, analisá-las sob categorias fixas ou determinantes compromete um olhar crítico.

Natalie Davis (1997) se insere nessa “volta à narrativa” proposta pela micro história ao analisar os escritos e as trajetórias de três mulheres urbanas do século XVII que se encontram “nas margens”. No prefácio do livro, Davis simula um encontro entre as três mulheres e ela mesma justificando a escolha de colocá-las numa mesma obra, já denotando a narrativa singular que se segue. No livro, a autora analisa as trajetórias a partir de suas excepcionalidades, considerando o conceito de agência dentro do contexto onde essas personagens estavam inseridas. Talvez seja o trunfo da micro história colocar personagens como essas em evidência, que estariam soterradas por outros sujeitos e grandes números na perspectiva macro histórica. (BASSO, 2010).

Podemos ainda, como Giovanni Levi (2000) na *Herança Imaterial*, pensar como a trajetória de uma única pessoa pode servir para sabermos a respeito do contexto, práticas e vivências do período em questão.

Um caso interessante é a da Nega Lu, que fez parte da cena noturna da cidade de Porto Alegre entre as décadas de 1960 e 1980. Nascida Luiz Airton Farias Bastos, aí já podemos pensar além do fio condutor. O que a trajetória da Nega Lu diz sobre ser gay na cidade de Porto Alegre? O que sua figura andrógina/gay/bicha e sua condição de “preto, pobre e putô” (TEIXEIRA, 2015) podem nos fazer pensar a respeito dessas categorias? Serão a-históricas? O que essa trajetória contribui para essa problematização? As questões são muitas.

Acredito que, para pensarmos a micro-história a partir de uma perspectiva de gênero e feminista, é fundamental pensarmos os próprios termos do método: análise do social a partir de suas inter-relações, bem como outras formas de escrever história. Talvez seja esse o espaço para analisarmos a interseccionalidade de raça, classe, gênero, entre outras, numa escala micro, bem como de romper com a escrita acadêmica tradicional, abrindo portas para outras narrativas que por fim suprimam a ideia de imparcialidade e isenção na história.

Considerações finais

Pensar a prosopografia e a micro história sob uma perspectiva de gênero é, em primeiro lugar, tirá-las de seu lugar de conforto. Questionar categorias fixas, questionar as fontes, são alguns elementos necessários para uma metodologia que sirva em favor de desnaturalizar tanto a ideia de um sujeito pronto, a ser descoberto, quanto a do pesquisador imparcial que o desvela através da investigação.

É através desses procedimentos que podemos usar a metodologia a nosso favor e em favor dessas trajetórias, numa escala macro ou micro. Ir além da lógica do suplemento, das mulheres que “estavam lá”, para pensar não só sua presença, mas também sua ausência em documentos. A metodologia feminista, além de ferramenta de trabalho, serve para nos colocarmos questões a respeito de gênero, de como foram construídas categorias que por tanto tempo foram utilizadas quase sem problematização? É no “des-treinar” o olhar que podemos pensar a metodologia feminista como possível e, acima de tudo, necessária.

Dados da autora: Augusta da Silveira de Oliveira é mestranda em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com bolsa do CNPq. Graduada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail para contato: augustaslvr@gmail.com.

Referências Bibliográficas

BASSO, Rafaela. A escrita da história de Natalie Davis no livro “Nas margens”. *Revista Outros Tempos*, vol. 7 n. 9, julho de 2010.

BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdã. Um estudo das elites no século XVII*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CAINE, Barbara. *Bombay to Bloomsbury: A Biography of the Strachey Family*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. Pp. 45-59.

CHARLE, Christophe. *A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas*. In: HEINZ, Flavio M. (org) *Para uma outra história das elites. Ensaio de prosopografia e política*. Rio de Janeiro, FGV, 2006.

DAVIS, Natalie Zemon. *Nas Margens: três mulheres do século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DUGAW, Dianne. *Warrior Women and Popular Balladry 1650-1850*. Chicago: University of Chicago Press, 1996.

GERGEN, Mary. Rumo a uma metateoria e metodologia feministas nas ciências sociais. In: GERGEN, M. *O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento*. RJ: Rosa dos Tempos/UNB, 1993.

GINZBURG, Carlo. *O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico*. In: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989.

FAUSTO-STERLING, Anne. Dualismos em duelo. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 17-18, 2002, p. 9-79.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. *Uma epistemologia feminista*. In: LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2007.

LOVE, Joseph L. e BARICKMAN, Bert J. *Elites regionais*. In: HEINZ, Flavio M. (org) *Para uma outra história das elites. Ensaios de prosopografia e política*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MOORE, George. *Albert Nobbs: a novella*. Londres: Penguin Books, 2011.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 305-332, Aug. 2008.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, jan./jun. 2011, v. 12, n. 22, p. 270-283.

RAGO, Margareth. Descobrimos historicamente o Gênero. *Cadernos Pagu*, n. 11, Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp, São Paulo, 1998.

REVEL, Jacques. A história ao rés do chão. In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2000.

ROSENTHAL, Paul-André. “Construir o macro pelo micro: Frederik Barth e a microstoria”. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro : Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, V 20, n.2, jul/dez, 1995.

_____. Prefácio a Gender and Politics of History. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 3, 1994: pp. 11-27.

_____. História das Mulheres. In: BURKE, P. A *Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, v. 19, n. 39, jun. 2011, p. 115-137.

TEIXEIRA, Paulo Cesar. *Nega Lu: uma dama de barba mal-feita*. Porto Alegre: Libretos, 2015.

TILLY, L. Gênero, história das mulheres e História Social. *Cadernos Pagu*, n. 3, 1994, pp. 29-62.